

As particularidades da narrativa jornalística e a transposição do narrador como repórter¹

Raquel de Souza JERONYMO²
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Resumo

As matérias e reportagens jornalísticas são narrativas, mas diferentemente de outros tipos de narrativa, que podem ser reais ou ficcionais, um produto jornalístico é criado sempre com a pretensão de informar sobre eventos reais. O artigo analisa a posição do narrador, nesse caso do jornalista, dentro do modelo atual predominante de jornalismo, surgido no século XX nos Estados Unidos, que utiliza estandartes como a “busca pela verdade” e a “objetividade” para camuflar interesses e pontos de vista. Conclui-se, ainda que de forma preliminar, que é problemática a ideia de que o jornalista não deve inserir no texto nenhuma marca de subjetividade, pois cada jornalista é influenciado em diferentes níveis por sua formação pessoal, história de vida e prática profissional.

Palavras-chave

Jornalismo; Narrador; Narrativa; Objetividade Jornalística.

Introdução

Ideais pretensamente neutros como a “objetividade”, a “imparcialidade” e a “isenção jornalística”, mesmo já tendo sido praticamente superados no meio acadêmico, figuram até hoje nos princípios editoriais dos grandes jornais brasileiros. Da mesma forma, nos manuais de redação de dois dos maiores jornais impressos do Brasil, “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”, popularmente conhecidos apenas como “Folha” e “Estadão”, as orientações são que o autor do texto jornalístico, ou seja, o jornalista, “faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (O ESTADO DE S. PAULO, 1997). O jornalista “deve abster-se de opinar” (FOLHA DE S. PAULO, 1996), e as opiniões ficariam reservadas apenas para os editoriais, artigos ou críticas.

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 13 a 15 de junho de 2018.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); e-mail: raquels.jeronymo@gmail.com.

Para o sociólogo norte-americano Michael Schudson (2010), muitas vezes esses valores são usados para “camuflar” o enquadramento temático e ideológico que os meios exercem sobre seus públicos. Partindo do questionamento se, mesmo seguindo rigorosamente os cânones que regulamentam a profissão, os jornalistas como indivíduos com opiniões próprias, vivências e bagagens pessoais seriam ou não capazes de produzir matérias ditas imparciais e isentas, busca-se neste artigo responder essa e outras questões através do estudo da narrativa sob várias óticas, mas focando principalmente na figura do narrador e na sua transposição para a narrativa jornalística na figura do jornalista/repórter.

Elementos da narrativa

Segundo a professora e pesquisadora Cândida Vilares Gancho, autora da obra *Como analisar narrativas*, “narrar é uma manifestação que acompanha o homem desde sua origem” (2002, p. 6), e todos os seres humanos no dia a dia contam/escrevem ou ouvem/leem toda espécie de narrativa. Para Gancho:

Toda narrativa tem elementos fundamentais, sem os quais não pode existir; tais elementos de certa forma responderiam às seguintes questões: O que aconteceu? Quem viveu os fatos? Como? Onde? Por quê? Em outras palavras, a narrativa é estruturada sobre cinco elementos principais: Enredo, Personagens, Tempo, Espaço e Narrador (2002, p. 5)

Todo texto narrativo se estrutura sobre esses cinco elementos constitutivos que possibilitam sua existência. No entanto a narrativa não é apenas o que é escrito, um conjunto de símbolos sobre algum suporte físico ou virtual, a narrativa pode ser imagética, fílmica, artística, dentre outras muitas possibilidades. Seguindo essa perspectiva, a narrativa escrita não se limita apenas aos gêneros literários, à poesia, ao romance, mesmo que seja essa a opinião de alguns autores que serão aqui mencionados, autores estes que apresentam proposições dignas de estudo e reflexão.

O que entendemos pela palavra “narrar” se dispõe hoje em um amplo campo de possibilidades semânticas cujo alcance pode variar de seu significado radicalmente, de conceitos simples (o corriqueiro relato de um evento por um indivíduo) a sistemas discursivos complexos e coletivos (por exemplo, um discurso político e jornalístico construído na pretensão de variar as perspectivas sobre um evento, de determinar e “autodeterminar” um grupo entre tantos outros numa mesma sociedade, de diferenciar até mesmo nações inteiras em sua “identidade cultural”) (FERRITO, 2014, p. 169).

As matérias e reportagens jornalísticas são, portanto, narrativas. Até mesmo as tão conhecidas perguntas que formam o *lead* “Quem? Como? O quê? Quando? Onde?” podem ser vistas como um exercício para de certa forma identificar os elementos da narrativa dentro de uma matéria ou reportagem. O pesquisador americano Timothy E. Cook identifica essas semelhanças quando afirma que: “qualquer história do noticiário tem as características da narrativa discutidas por Frank – protagonistas e antagonistas, conflito, movimento e solução (pelo menos momentânea)” (2011, p. 222). E continua:

Cada história no noticiário deve, sem qualquer sacrifício da probidade ou responsabilidade, exibir os atributos da ficção, do drama. Ela deve ter estrutura e conflito, problema e desenlace, ação crescente e ação decrescente, um começo, um meio e um fim. Esses não são apenas os elementos essenciais do drama; eles são os essenciais da narrativa (COOK, 2011 apud EPSTEIN, 1974).

O autor Fernando Resende propõe uma inserção da narrativa, “em seu caráter dinâmico e social, nas análises e nas reflexões sobre a sociedade que constrói (e se reconstrói com) os meios de comunicação” (2005, p. 88). Ele classifica as narrativas como elementos essenciais, porque cumprem a função de tecer a existência entre os meios e a sociedade (RESENDE, 2005). E complementa:

As narrativas têm um papel relevante, primeiro porque nelas são tecidos os saberes acerca do mundo, depois porque a partir delas, outros saberes são construídos. Em outras palavras, se há alguma mediação possível, pelo menos em se tratando do campo dos media, ela acontece na e através da narrativa. (RESENDE, 2005, p. 87)

A diferença essencial reside no fato que enquanto um texto literário pode ser real ou ficcional, um produto jornalístico é criado sempre com a pretensão de informar sobre eventos reais. No entanto, mesmo que antigamente já tenha sido considerado “um espelho da realidade”, atualmente entende-se que “meios de comunicação são holofotes móveis, não espelhos passivos da sociedade; seletividade é o instrumento de suas ações” (GITLIN, 2003, p. 49-51, tradução nossa). Apesar de ser hoje regido por ideais como “a busca pela verdade” e a “objetividade” o jornalismo não foi assim desde seu surgimento, e o fato de ter adotado esses conceitos como estandartes não foi ao acaso, como veremos através de uma breve conceituação histórica.

História do jornalismo: dos relatos fantásticos à objetividade

Nos séculos XVI e XVII, quando começaram a surgir as “folhas volantes”, precursoras dos jornais modernos, a produção jornalística era mais literária que informativa, tanto é que muitas vezes essas “folhas volantes” eram transformadas em baladas (TRAQUINA, 2008). Milagres, monstros, abominações e acontecimentos bizarros dos mais diversos tipos eram noticiados, sem preocupação com a checagem dos fatos, e os assuntos principais eram guerras e trocas comerciais que se passavam em terras distantes, com pouco ou nenhum destaque para acontecimentos de interesse local, pois as pessoas queriam saber sobre o que não tinham acesso (TRAQUINA, 2008).

Com o passar do tempo e o aparecimento dos primeiros jornais, os critérios de noticiabilidade, isto é, o conjunto de valores-notícia que determinam se “um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia” (TRAQUINA, 2008, p. 63), foram se alterando, e as notícias locais por exemplo começaram a ganhar ênfase.

Podemos relacionar o resgate histórico traçado pelo autor português Nelson Traquina ao texto do pensador alemão Walter Benjamin em que faz considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (1994). Ele relata que antigamente os narradores tinham como fonte somente a experiência passada de pessoa para pessoa, e as narrativas escritas pouco se distinguiam das histórias orais contadas por narradores anônimos. Um dos grupos de narradores apresentados pelo autor seriam aqueles que “vem de longe”, e que teria muito que contar de suas viagens (BENJAMIN, 1994, p. 199). Aqui identificamos característica que nos remetem às folhas volantes descritas por Traquina (2008).

Benjamin é claramente um crítico tanto do romance como da narrativa jornalística, considerados ameaças à narrativa pura, e critica esses novos gêneros por abandonarem o “lado épico da verdade” (BENJAMIN, 1994, p. 201) e por não procederem nem alimentarem a tradição oral. Referindo-se à informação, a nova forma de comunicação que figurava na imprensa, ele constata que o saber que vinha de longe, dotado de “uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência” passa a encontrar menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos, que podem ser mais facilmente verificados para que a informação seja sempre plausível (BENJAMIN, 1994, p. 202-203).

Nisso ela é incompatível com o espírito da narrativa. Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio. Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. (BENJAMIN, 1994, p. 203)

Outra característica do texto informativo ressaltada por Benjamin é sua atualidade, pois “a informação só tem valor no momento em que é nova”, enquanto a narrativa “conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver” (BENJAMIN, 1994, p. 204). Considerada como uma forma artesanal de comunicação, a narrativa se diferenciaria das formas jornalísticas à medida em que não teria interesse em transmitir “o ‘puro de si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório”, mas faria questão de imprimir em si mesma a marca do narrador, “como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1994, p. 205).

O teórico francês Gérard Genette, no entanto, tem opinião contrária. Para ele uma das características da narrativa em estado puro seria a objetividade, ou seja “a ausência de toda referência ao narrador” (GENETTE, 1972, p. 269). “Para dizer a verdade, o narrador não existe mesmo mais. Os acontecimentos são colocados como se produzem à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos” (GENETTE, 1972, p. 269). A definição de Genette de narrativa e objetividade é bem semelhante ao que os veículos jornalísticos utilizam hoje como estandartes do bom jornalismo. Como vimos, o jornalismo não surgiu imparcial, então é importante entender em que momento da História se deu essa mudança.

A objetividade jornalística e sua origem histórica

No livro *Descobrendo a Notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*, publicado originalmente em 1978, o sociólogo norte-americano Michael Schudson (2010) demonstra como o conceito de “notícias objetivas” (*straight news*) é um produto social envolvido nos processos de democratização da vida política, econômica e social no século XX; isto é, trata-se de uma construção histórica que acaba por se tornar hegemônica. “Antes de 1830, a objetividade não era um ponto crucial. Até então, esperava-se que os jornais norte-americanos apresentassem um ponto de vista partidário, em vez de uma posição neutra” (SCHUDSON, 2010, p. 14).

Uma das explicações apresentadas para a adoção da objetividade como regra nas redações é o surgimento da primeira agência de notícias norte-americana, a *Associated Press*, que para vender suas notícias para jornais “com alianças políticas amplamente diversificadas, só poderia obter êxito ao tornar sua reportagem ‘objetiva’ o suficiente para ser aceita por todos os seus membros e clientes” (SCHUDSON, 2010, p. 14). Contudo, Schudson (2010) logo derruba esse argumento ao lembrar que no final do século XIX, quando a *Associated Press* estava se consolidando, a reportagem objetiva ainda não havia se tornado norma ou prática principal do jornalismo.

Segundo o sociólogo, somente depois da Primeira Guerra Mundial, quando “jornalistas, como outros profissionais, perderam a confiança em verdades tidas como certas numa sociedade democrática de mercado” (SCHUDSON, 2010, p. 17) é que o cenário começou a mudar.

Nos anos de 1920 e de 1930, muitos jornalistas observaram com crescente ansiedade que os fatos, por si só, ou o que eles haviam tomado como fatos, não poderiam ser confiáveis. Uma resposta a esta visão desconfiada foi a institucionalização, no jornal diário, de novos gêneros de reportagem subjetiva, como a coluna política. Outra resposta fez subir a ansiedade à cabeça do jornalista, encorajando-o a substituir uma simples confiança nos fatos por uma lealdade a normas e procedimentos criados por um mundo no qual os próprios fatos estavam em questão: isso era a “objetividade” (SCHUDSON, 2010, p. 17).

Em *Reporters and Officials*, Leon Sigal (1974, p. 66) também retoma o início dos jornais como periódicos de opinião, mas cita duas tendências que “convergiriam para silenciar o tom partidário da imprensa nos Estados Unidos” e fizeram com que as notícias objetivas entrassem em voga depois da virada do século XX:

Primeiro, o movimento de editores para impulsionar a circulação e depois o crescimento da publicidade como uma fonte de receita garantida pela imparcialidade nas colunas de notícias: promulgar opiniões partidárias que possam ofender leitores ou anunciantes simplesmente não se paga. (SIGAL, 1974, p. 66, tradução nossa).

Assim, em 1896, o *The New York Times*, por intermédio de seu editor Adolph Ochs, foi um dos pioneiros em adotar o “modelo de ‘informação’, em detrimento do modelo ‘narrativo’” (SCHUDSON, 2010, p. 15). Por fim, “nos anos de 1960, ambos, críticos e defensores da imprensa, tomaram a objetividade como o emblema do jornalismo

norte-americano” (SCHUDSON, 2010, p. 20), e até hoje esse ideal não foi substituído, sendo também adotado em outros países cujos modelos de jornalismo se espelham no norte-americano.

Dessa forma, fatos deixaram de ser aspectos do mundo para se tornarem afirmações validadas consensualmente a respeito dele, bem como a “objetividade, nesse sentido, passou a significar que as afirmações de uma pessoa sobre o mundo podem ser confiáveis se forem submetidas a regras estabelecidas consideradas legítimas pela comunidade de profissionais” (SCHUDSON, 2010, p. 17).

Mas o próprio Schudson argumenta contra o “mito” da objetividade, e explica que “a objetividade como um ideal tem sido usada, e ainda é usada, mesmo de forma dissimulada, como uma camuflagem para o poder” (SCHUDSON, 2010, p. 187).

Gans também formula uma explicação para o fato da objetividade continuar sendo utilizada como um ideal através do tempo:

Mas acima de tudo, a objetividade é reforçada pela necessidade: a necessidade de proteger a credibilidade jornalística. Se os jornalistas não fossem vistos como sendo objetivos, cada história poderia ser criticada como resultado de um ou outro viés jornalístico, e as notícias seriam desacreditadas por um número ainda maior de telespectadores e leitores do que acontece agora. Por esta razão, a objetividade é também uma consideração comercial (GANS, 2004, p. 186, tradução nossa).

O narrador no texto jornalístico

Um dos elementos mais emblemáticos da narrativa é sem dúvidas o narrador. Como explica Gancho (2002): “sem os fatos não há história, e quem vive os fatos são os personagens, num determinado tempo e lugar” (p. 9), mas ainda que os personagens, o tempo e o espaço possam existir de maneira separada em gêneros nos quais não é fundamental a presença do narrador, é ele que fundamentalmente caracteriza a narrativa, sendo no conto, no romance ou na novela, assim também como nas narrativas jornalísticas, o elemento organizador de todos os outros componentes, “o intermediário entre o narrado (a história) e o autor, entre o narrado e o leitor” (GANCHO, 2002, p. 9).

O modelo objetivo defendido pelo jornalismo como o ideal, em que o narrador, nesse caso o jornalista, não pode inserir no texto nenhuma marca de subjetividade, se assemelha às definições do autor Silviano Santiago (2002) sobre o narrador pós-moderno.

O narrador pós-moderno é aquele que quer extrair a si da ação narrada, em atitude semelhante à de um repórter ou de um espectador. Ele narra a ação enquanto espetáculo a que assiste (literalmente ou não) da platéia, da arquibancada ou de uma poltrona na sala de estar ou na biblioteca; ele não narra enquanto atuante. (SANTIAGO, 2002, p. 45)

O autor Fernando Resende classifica as narrativas jornalísticas como autoritárias por proporem o apagamento daquele que fala. Ele explica que:

O jornalista, diante de pressupostos conceituais que formatam o seu texto - a necessária busca da verdade, valor encravado na pressuposta imparcialidade de quem relata o fato - se esvai do narrado e raramente se apresenta enquanto autor (RESENDE, 2005, p. 89).

Assim, “não há, na perspectiva da narrativa jornalística tradicional, alguém que conta a história” (RESENDE, 2005, p. 89). Retomando o texto já citado do autor Walter Benjamin, Santiago explica que o narrador pós-moderno seria o terceiro estágio evolutivo da história do narrador, sendo o primeiro “o narrador clássico, cuja função era dar ao seu ouvinte a oportunidade de um intercâmbio de experiência”, o segundo o narrador do romance e o terceiro “o narrador que é jornalista, ou seja, aquele que só transmite pelo narrar a informação, visto que escreve não para narrar a ação da própria experiência, mas o que aconteceu com x ou y em tal lugar e a tal hora” (SANTIAGO, 2002, p. 45-46).

Para Resende (2005, p. 89):

O olhar que Benjamin lança ao narrador de uma "verdadeira narrativa" em comparação ao narrador do mundo moderno pode ser bastante esclarecedor para se compreender e até encontrar outras possíveis reflexões e práticas para o narrador-jornalista do mundo contemporâneo.

Mas enquanto Benjamin valoriza apenas o primeiro estágio, Silviano Santiago deixa bem claro que está utilizando o conceito de narrador num sentido mais amplo do que o proposto pelo filósofo alemão, e afirma que o narrador pós-moderno “é o que transmite uma ‘sabedoria’ que é decorrência da observação de uma vivência alheia a ele”, conferindo autenticidade a uma ação que, por não ter o respaldo da vivência, estaria desprovida de autenticidade (SANTIAGO, 2002, p. 46).

Dentro do relato jornalístico o narrador “olha o outro para levá-lo a falar (entrevista), já que ali não está para falar das ações de sua experiência” (SANTIAGO, 2002, p. 50). Santiago fornece grande contribuição para nosso objetivo de desmistificar o ideal da isenção jornalística ao afirmar que nenhuma escrita é inocente, pois mesmo que tente se subtrair da ação narrada, “ao dar fala ao outro, [o repórter] acaba também por dar fala a si, só que de maneira indireta” (2002, p. 50).

Posição ainda mais ousada tem o autor José Saramago, para quem “a figura do narrador não existe, e só o autor exerce função narrativa real na obra de ficção, qualquer que ela seja, romance, conto ou teatro” (1997, p. 35). Mesmo sem mencionar a narrativa jornalística em seu texto, o autor nos auxilia na tentativa de desmistificar outro ideal defendido pela classe, a de que o jornalista está sempre em busca de revelar a verdade absoluta. Saramago (1997, p. 35) afirma que: “as verdades puras não existem”, e que “de fingimentos de verdade e de verdade de fingimentos se fazem, pois, as histórias”.

Antônio Máximo Ferraz corrobora a visão de Saramago em sua definição de “verdade” no livro “Convite ao Pensar”, onde afirma que: a realidade (...) é sempre e essencialmente ficta, pois, em seu velamento, dirige ao homem a interrogação sobre o sentido das coisas e de si mesmo: toda interpretação é efetivamente uma plasmação, um conferir de sentido” (FERRAZ, 2014, p. 252).

Retomando Santiago: “O narrador pós-moderno sabe que o ‘real’ e o ‘autêntico’ são construções de linguagem” (2002, p. 46- 47). Assim como Walter Benjamin, outro autor muito crítico ao Jornalismo é o filósofo e sociólogo alemão Theodor W. Adorno, um dos expoentes da Escola de Frankfurt e responsável por grandes contribuições no estudo das teorias da comunicação.

Porém, diferentemente de Benjamin, Adorno é defensor do romance, afirmando ter o gênero perdido suas funções tradicionais para a reportagem (2003, p. 55). Para ele, “o romance precisaria se concentrar naquilo de que não é possível dar conta por meio do relato” (ADORNO, 2003, p. 56).

Quanto mais firme o apego ao realismo da exterioridade, ao gesto do “foi assim”, tanto mais cada palavra se torna um mero “como se”, aumentando ainda mais a contradição entre a sua pretensão e o fato de não ter sido assim. Mesmo a pretensão imanente que o autor é obrigado a sustentar, a de que sabe exatamente como as coisas aconteceram, precisa ser comprovada...” (ADORNO, 2003, p. 59).

Considerações finais

Por fim, a alegação de Adorno de que “antes de qualquer mensagem de conteúdo ideológico já é ideológica a própria pretensão do narrador” (2003, p. 56) acaba por nos fornecer subsídios para afirmar, ainda que de forma preliminar, pois o assunto possibilita estudos mais aprofundados, que é utópica e pretenciosa a intenção dos veículos jornalísticos de cobrar de seus repórteres matérias imparciais, objetivas e que buscam a verdade absoluta. Não existe apenas uma verdade, e sim diversos pontos de vista, e cada jornalista será capaz de visualizar um deles de acordo com sua formação pessoal, história de vida e prática profissional.

Da mesma forma não existe escrita isenta pois como afirma Silviano Santiago “nenhuma escrita é inocente” (2002, p. 50). Como não pode fazer um relato em primeira pessoa, ainda que tenha testemunhado o acontecimento, o jornalista depende totalmente das fontes de informação para escrever suas matérias. Mas ao entrevistar as fontes o jornalista pode acabar por dar fala ao seu próprio ponto de vista, ainda que de maneira indireta, como afirma o autor Leon V. Sigal: “(os repórteres) podem esconder interpretações em suas histórias selecionando cuidadosamente declarações de fontes das notícias e citando-as verbalmente ou parafraseando-as” (1974, p. 67, tradução nossa).

Além disso até mesmo a escolha de fontes não é inocente, pois “os jornais são organizados para escolher algumas fontes e não outras” (SIGAL, 1974, p. 187, tradução nossa). Por fim, concluímos que o estudo da narrativa, suas características e seus elementos pode ser muito proveitoso para analisar a produção jornalística, tanto para identificar similaridades como diferenças.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. **Posição do narrador no romance contemporâneo**. In: Nota de Literatura I. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

BENJAMIN, W. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COOK, T. E. **O Jornalismo Político**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 6, p. 203-247, julho – dezembro de 2011.

FERRAZ, A. M. **Verdade**. In: CASTRO, Manuel Antônio de; FAGUNDES, Igor; FERRAZ, Antônio Máximo; TAVARES, Renata (Orgs). Convite ao Pensar. 1 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2014. p. 251-252.

FERRITO, R. **Narrar**. In: CASTRO, Manuel Antônio de; FAGUNDES, Igor; FERRAZ, Antônio Máximo; TAVARES, Renata (Orgs). Convite ao Pensar. 1 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2014. p. 169-170.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação da Folha de São Paulo**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao.htm>

GANCHO, C. V. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

GANS, H. J. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GENETTE, G. **Fronteiras da Narrativa**. In: Análise estrutural da narrativa. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

GITLIN, T. **The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left**. California: University of California Press, 2003.

O ESTADO DE S. PAULO. **Manual de redação e estilo**. 3. ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/manualredacao/>>

RESENDE, F. **O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista**. Contracampo: Dossiê Histórias e Teorias do Jornalismo, Rio de Janeiro, n° 12, p. 85-102, janeiro – junho de 2005.

SANTIAGO, S. **O narrador pós-moderno**. In: Nas malhas da letra: ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SARAMAGO, J. **O autor como narrador**. Revista Ler, Edição 38, Primavera/Verão de 1997, p. 35-41.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a Notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SIGAL, L. V. **Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking**. 2 ed. Estados Unidos: D.C. Heath and Company, 1974.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo:** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.